

***O Uruguay*, de Basílio da Gama: questões retórico-políticas coloniais entre a Antiguidade e a Modernidade**

Basílio da Gama's *O Uruguay*: colonial political and rhetorical issues between Antiquity and Modernity

DREYKON FERNANDES NASCIMENTO / LENI RIBEIRO LEITE¹ (*Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória – Brasil*)

Abstract: This paper brings the first results of a research project on the use of the rhetorical and poetical machinery of Antiquity during the troublesome Portuguese 18th century, as well as its impact on the Portuguese American colony. We propose that the Early Modernity used discursive elements from the Ancient World as an instrument for the practical and symbolic construction of a specific discourse on the conflicts taking place in the colonies, and we take the poem of *O Uruguay*, by Basilio da Gama, as an example for the observation and analysis of this phenomenon.

Keywords: Early Modern Period; Portuguese America; Basilio da Gama; *O Uruguay*; Multilinguismo; Poesia Épica.

Embora participativo do que hoje entendemos por Modernidade, *O Uruguay* (1769), de Basílio da Gama, poema que narra as expedições de Portugal e Espanha contra os Sete Povos das Missões no atual Rio Grande do Sul, responde a um repertório cultural clássico, em que as retóricas e poéticas antigas são atualizadas pela teologia-política de um Estado português pombalino fortemente contrarreformista e antijesuítico, amparadas por uma configuração europeia cosmopolita e multilíngue. Esta observação importa uma vez que todo texto lido fora de seu tempo e do campo cultural que originalmente integra acaba reduzindo a mero material simbólico o que antes também fora prático; pois o discurso, em suas mais variadas formas, não *reflete* o modelo de sociedade no qual se insere, mas o *integra*, formando-o e por ele sendo formado. Assim, quando chamamos de material simbólico os resíduos discursivos de um passado remanescente, não só marcamos o inalienável modelo virtual do discurso, que é a representação ou construção *in absentia* de uma realidade suspensa, mas o movimento natural do tempo de esvaziar dessas repre-

Texto recebido em 12.08.2021 e aceite para publicação em 23.12.2021.

¹ dreykonfer@outlook.com / leni.ribeiro@gmail.com (Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) pelo CNPq).

sentações o seu aspecto prático, que dava vida à sociedade segundo a qual eram produzidas e produziam. Por isso, tudo o que remanesce do passado são materiais simbólicos do que um dia foram materiais práticos, porque o que nos resta são sempre sistemas virtuais do que antes fora também prático².

Contudo, com a mesma força com que Hansen nos desvela essas arapucas do tempo, nos aponta para um horizonte propício em direção ao qual seguir com as pesquisas que investiguem o passado — um horizonte no qual o material simbólico se transforme ou seja lido como material produzido com valor de uso, como material prático. Isso não significa criar uma relação direta e objetivamente interpretativa com aquilo que nos chega, reconstituindo, por um *ego* moderno, um *ego* do passado, mas é, antes, “determinar modos como o morto produzia valores de uso em seu tempo, para contrapô-los às apropriações contemporâneas que os desistoricizam”³. Quando recepcionamos o passado apenas como material simbólico, não apenas mal compreendemos o funcionamento da virtualidade que remanesce, mas frequentemente enxertamos nossos próprios valores de uso nas lacunas deixadas. Essa desconsideração proposital ou não em relação ao passado foi e é projetada a partir dos românticos, que descarregam nos resíduos do passado alguns projetos culturais com valores de uso exclusivamente presentes, como se o passado fosse a comprovação científica do presente, tempo evoluído. Esse tipo de concepção do tempo, em que a história funciona como um cálculo da consciência humana em sentido progressivo, é um processo que começa em meados do século XVIII e se intensifica a partir do século XIX, com o estabelecimento dos Estados Nacionais e dos diversos projetos civilizatórios europeus⁴. Antes o tempo era compreendido pela máxima ciceroniana da *historia magistra vitae*, que disponibilizava tópicos a combinar-se e recombinar-se em comentários verossímeis, escrevendo o passado no presente, que se reescreveria no futuro. Vergílio, por exemplo, ao pôr na *Eneida* 6.791-5 a bonomia e prosperidade do novo regime augustano, não o faz como se aquele estado presente de coisas fosse original e inédito, mas como o retorno de um estado passado, a Idade Áurea, cuja natu-

² HANSEN (1995) 154-5.

³ *Ibidem* loc. cit.

⁴ *Idem* (2006) 13-4.

reza sempre estivera no horizonte futuro de expectativas, pronta para ser (re)experienciada. O mesmo acontece na obra *A batalha de Alexandre em Isso*, do pintor quinhentista Altdorfer, na qual a batalha antiga de Alexandre contra os persas torna-se o experienciado horizonte futuro da luta final entre Cristo e Anticristo⁵.

Assim, apropriado pelos cristãos, esse modo de operar a figura do tempo, recebendo aspectos providencialistas, passa a considerar a história como um ente (*ens*), efeito e signo provindo do Ser (*Esse*) genuíno — Deus. Por isso, longe de rechaçar os conhecimentos produzidos pelos antigos, as sociedades cristãs da Idade Média e da Primeira Modernidade acolheram-nos sob a justificativa do tempo como um ente da manifesta Providência divina⁶. Fosse o tempo escatológico ou profético, como na Idade Média, ou prognosticável, como seguiu a razão política dos Estados da Primeira Modernidade, a estrutura temporal ainda permanecia circular (ou com uma capacidade estática de movimentação), cujas *experiências* se projetavam nas *expectativas*, cingindo o *presente* com um horizonte histórico *passado* e *futuro* comum da *historia magistra vitae*, inscrita pelas *Historien*. A *Geschichte*, por outro lado, unificando um coletivo histórico gerenciado pelo movimento do progresso — transcendente à natureza e imanente à história —, não projeta mais um futuro *desejado* a partir das experiências do passado, mas um futuro *desejável* pelo que ainda é desconhecido, acelerando e abreviando a experiência presente, até roubar-lhe a sua natureza de continuidade pela produção descompassada de materiais desconhecidos, tornando-o, por fim, não-experienciável, já que o tempo torna-se algo de natureza totalmente inédita, em que o desconhecido do futuro rouba ao presente a sua possibilidade de se experienciar como presente⁷.

O passado, então, é fabricado em sucessões de rupturas temporais, formando estágios de tempo com progressivas evoluções, segundo os quais o tempo sucessor necessariamente se distingue do antecessor por um salto qualitativo, produzido por uma ruptura, projetando um tempo presente que é sempre privilegiado em relação aos demais, porque é o capaz de olhar para trás e ver o que já foi feito, para, separando o que é presente do que é passado,

⁵ KOSELLECK (2006) 23-24.

⁶ *Ibidem* 44.

⁷ *Ibidem* 37.

fazer no presente aquilo que ainda não há, o singular ou o original. Típica de uma sociedade burguês-capitalista, dentro da qual tudo é equacionado pelo lucro implicado pelos conceitos de mercado, compra e venda, a originalidade é construída para ser uma mercadoria que passa a ser vendida como mais um produto⁸. Entretanto, impedir um discurso de ser original não é o mesmo que impedi-lo de ser novo, já que a qualidade deste é constituída pela emulação de “esquemas anônimos de representação que repõem, na imitação, os padrões autorizados e sistêmicos da retórica, mas não a expressão das ideias de uma consciência individual e autônoma concorrendo no mercado dos bens culturais”⁹. Sob o regime do discurso retórico, dentro do qual as obras almejavam a novidade, toda enunciação concebia-se como artefato prático e público e, por isso, sem o nosso fetichismo autoral, sem a propriedade sob o objeto cultural por aquele que o produz, embora o possuísse.

As estéticas ou os períodos literários são exemplos patentes de tais princípios epistemológicos românticos e pós-românticos, pois classificam os textos literários em blocos temporais idealmente homogêneos e categoricamente essenciais, de cujos textos são apagadas suas especificidades históricas¹⁰ e nos quais se ignora a realidade heterogeneamente temporal, que faz coexistir em um mesmo texto tempos variados, uma polifonia temporal de modelos artísticos¹¹. Essas classificações, adotadas de maneira generalizante a partir do século XIX, tendem a minar a historicidade do autor e da obra, universalizando espacial e temporalmente valores interessados do presente no passado. Em relação aos discursos coloniais latino-americanos, por exemplo, suas categorias escolásticas que integram a personalidade “eu-tu” na interlocução dos discursos são substituídas por categorias liberais e psicologizantes de uma sociedade com uma subjetividade burguesa; a orientação metafísica e religiosa da história, própria de uma política católica ibérica que luta contra a heresia maquiavélica e luterana, é substituída por uma história evolutiva, iluminista, liberal, progressista e nacionalista; o *modus operandi* retórico-poético das formas é substituído pela categorização estética como expressão da psicologia do autor,

⁸ HANSEN (2008) 19-22.

⁹ *Idem* (1995) 159.

¹⁰ LACHAT (2019) 47.

¹¹ HANSEN (2006) 19.

como antecipação protonacionalista do Estado Nacional brasileiro e com a oposição forma/conteúdo.

Por isso, ao considerarmos as condições materiais de consumo e produção dos discursos coloniais, preferimos assumir termos como “América-portuguesa”, “letras” e “práticas” em substituição aos termos “Brasil Colônia” (e seus equivalentes), “literatura” e “estética”¹². Primeiramente porque a expressão “Brasil Colônia” implica que o sistema cultural estruturante nesse período respondia ao que viria a ser o Estado Nacional “Brasil”, e não ao Estado Nacional português colonizador da terra e que, por isso, a orientava material e culturalmente¹³. Segundo porque as expressões “literatura” e “estética” definem regimes discursivos marcados por discursos estritamente escritos e com uma relação ficcional específica em relação aos outros discursos, autonomizando saberes e conhecimentos específicos ao gosto estético, distinguidos autoral e essencialmente de outros. À revelia das estéticas, as práticas letradas coloniais são discursos ora escritos, ora orais, que não estabelecem a distinção “discurso literário ficcional” vs “outros”, mas que agem sob uma generalizada retoricização do signo e cujo sistema de representação baseado nos conceitos de imitação/emulação, tópica, modelo/autoridade e tradição impedem a autonomização de saberes e conhecimentos, adaptando-se a pragmáticas hierárquicas, institucionais e informais das mais variadas¹⁴.

O *Uruguay*, como outros, é um exemplo desse regime discursivo; varia com a emulação de modelos desde a *Eneida* ao poema didático *Praedium Rusticum* (1774 [1706]), do jesuíta Jacques Vanière, de documentos oficiais régios, como a *Relação Abreviada da República [...]* (1757) a preceitos da *Nova Arte de Conceitos* (1718), de Francisco Leitão Ferreira — manual retórico-poético que se reporta a poetas como Camões, Vergílio e Marcial não apenas como *exempla* de lições, mas propriamente como *praeceptores* parelhos a Aristóteles, Cícero e Quintiliano, desautonomizando, portanto, certa pretensão estética ou científica sobre determinado saber. Ou seja, a condição de tal regime se define mais pela negociação de valores e papéis dentro de uma polivalente

¹² *Idem* (1995) 157.

¹³ LEITE op. cit. 219-20.

¹⁴ HANSEN loc. cit.

teia discursiva, costurada, especialmente, pela arte retórica, do que propriamente por sistemas de modelos autônomos entre si.

Assim, para que o passado colonial seja trabalhado da maneira adequada, respeitando a verossimilhança de suas representações, devemos analisá-lo segundo “um dispositivo de encenação de duas estruturas verossímeis de ação discursiva”¹⁵, que atenda ao cuidado necessário de se ter o presente enunciativo do pesquisador paralelo ao passado da enunciação e dos enunciados das representações coloniais. Por isso, recomenda-se “reconstituir a primeira legibilidade normativa que aparece formalizada no contrato enunciativo dos discursos”¹⁶, por meio dos referenciais coloniais de que esses mesmos discursos se apropriam, como os discursos formais das instituições régias, as preceptísticas retórico-poéticas entre outros. A arqueologia interpretativa, portanto, se torna dupla: deve ser feita tanto diacronicamente, como sincronicamente. Porque formadas pelos conceitos de imitação/emulação, tópica, modelo/autoridade e tradição, essas práticas letradas devem ser relacionadas, diacronicamente, com os sistemas de representação anteriores que elas trazem e atualizam; sincronicamente, porque devem ser relacionadas com o campo semântico-cultural heterogêneo que formam e integram, a fim de especificar sua historicidade de modo plausível e não como uma prova viciosa da nossa consciência histórica contemporânea.

Analisá-las sincronicamente significa também não cerrar os olhos para o campo cultural europeu e, por consequência, de suas colônias, que disponibilizava uma realidade discursiva multilíngue obliterada pela ascensão dos Estados Nacionais, aliada aos projetos culturais românticos e pós-românticos¹⁷. O próprio *O Uruguay* integra essa rede de textos multilíngues, contendo em suas laudas versos não apenas em português, mas também em francês e em latim, os quais, apesar de estarem subscritos na forma de notas, não deixam de dar corpo à obra e, até mesmo, feição ao que a caracterizaria genericamente. E essa interação entre as línguas clássicas e vernáculas apresenta-se de modo tão profundo e intrincado, que até em sua faceta sintáticos-

¹⁵ HANSEN (2006) 22.

¹⁶ HANSEN op. cit. 23.

¹⁷ LEITE op. cit. 224-7.

<i>Musa, honremos o Heroe, que o povo rude</i>	[Invocação]
<i>Subjugou do Uruguay, e no seu sangue</i>	
<i>Dos decretos reaes lavou a affronta.</i>	[Fim da proposição]
<i>Ai tanto custas, ambição de imperio!</i>	
<i>E vós, por quem o Maranhão pendura</i>	[Início da dedicação]
<i>Rotas cadeias, e grillhões pezados,</i>	
<i>Heroe, e Irmão de Heroes, saudosa, e triste,</i>	
<i>Se ao longe a vossa America vos lembra,</i>	
<i>Protegei os meus versos. Possa em tanto</i>	[Fim da dedicação]
<i>Acostumar ao voo as novas azas,</i>	
<i>Em que hum dia vos leve. Desta sorte</i>	
<i>Medrosa deixa o ninho a vez primeira</i>	
<i>Aguia, que depois foge á humilde terra,</i>	
<i>E vai ver de mais perto no ar vasio</i>	
<i>O espaço azul, onde não chega o raio.</i>	

Ao analisarmos o proêmio sob as categorias poéticas de Freire, encontramos, porém, versos (como o 1.9 e 1.14 e seguintes) cuja correspondência não se encaixa às suas lições, compelindo-nos a buscá-las, agora, em manuais retóricos. Na *Retórica* (1414b-1416a), Aristóteles escreve que o proêmio ou prólogo é o início do discurso, em que se prepara o caminho para o que se segue, introduzindo o tom do discurso e o que se narrará. Porque originário do epidítico, o proêmio tende a reservar-se para o elogio ou censura de algo, e a buscar a benevolência e a atenção do público a partir de temas importantes. Na *Retórica a Herênio* (1.6-7), encontramos lições muito parecidas: no proêmio, primeiramente, se deve definir o gênero da causa para, em seguida, deixar o ouvinte dócil e benevolente. Torna o ouvinte dócil aquele que expõe brevemente a súpula da causa e que chama a atenção, tratando de matéria importante, nova e extraordinária; torna o ouvinte benevolente aquele que diz algo sobre a sua pessoa, sobre a de seus adversários, sobre a do próprio ouvinte ou sobre a matéria mesma. Coadunado à tradição, Quintiliano (*Inst.* 4.1.1-34) afirma ser o proêmio o começo ou a parte do discurso em que se expõe a causa antes de se ingressar no assunto, para que se angarie desde já a benevolência, a docilidade e a atenção do público, tornando-o favorável às demais partes. A benevolência deve ser desenvolvida a partir do ouvinte, daquele que fala ou da causa que se comenta, e a docilidade e a atenção do ouvinte se, com brevidade e clareza, apontar o assunto de que tratará, devendo parecer novo, grande, horrível, ou passível de se tornar exemplo. E, por fim, segundo Verney, deve o poeta ou

orador propor ao princípio um breve argumento de toda a narração, prometendo coisas grandes, mas devendo conter uma só ação principal, e jamais começar pelo princípio da vida de quem se fala, mas por meio de alguma ação famosa que empreendeu em meados de sua vida, “da-qual com artifício particular, fazem recuar o leitor, até os primeiros trabalhos do-seu eroe. Uma dificuldade excita outra: demaneiraque o leitor nunca se-cansa, na leitura”²².

Com o auxílio da retórica oratória, as partes do próêmio de Gama, pois, se tornam mais claras. Antes de declarar a causa do discurso, Gama abre o poema com cinco introdutórios versos, cuja matéria de cada período anuncia uma das duas causas tradicionalmente tratadas no *epos* pós-vergiliano, o homem e a guerra, com os v. 1.1-3 correspondendo ao homem e os v.1.3-5 à guerra. Os homens tratados por Gama têm relação direta com os homens tratados por Camões, porque, além dos barões assinalados, o poeta quinhentista anuncia (*Os Lusíadas*, 1.1-16) que também cantará aqueles “Reis que foram dilatando/ A Fé, o Império, e as terras” e aqueles soldados que “por obras valerosas/ Se vão da lei da Morte libertando”. A quintilha inicial de *O Uruguay*, por ser uma prolepse da guerra derradeira cantada no fim da mesma obra, indica que os “cadáveres despidos” são os muitos soldados portugueses e es-panhóis mortos na cruenta batalha. Porém, ao contrário de imitar fiel e servilmente Camões, que diretamente anuncia os homens que canta, Gama constrói uma éfrase do que, no poema camoniano, corresponderia a “aqueles que por obras valerosas/ Se vão da lei da Morte libertando”, isto é, aos soldados que, não obstante suas ações preclaras, ruíram malfadados no campo de Marte. Mas, em uma perspectiva macro, tanto Gama quanto Camões usam do mesmo modelo antigo de *epos*, o vergiliano, que instaura como distintivo genérico da épica o tratamento do homem (*vir*) e da guerra (*arma*): *arma virumque cano*. Porém, no próêmio da *Eneida*, Vergílio anuncia que cantará apenas um *vir*, o seu herói Enéias, sem exceder a outros; mas o poeta não deixa de fazê-lo em meio à própria diegese poética, divulgando dentre a narração que seu poema também há de cantar os admiráveis guerreiros que dignamente morreram em combate, tal como Niso e Euríalo (Verg., *Aen.*, 9.446-9), tal como Lauso (Verg., *Aen.*, 10.791-3). Assim, embora o próêmio de *Os Lusíadas* e, por consequência, de *O Uruguay* excedam

²² VERNEY op. cit. 237.

aos *arma virumque* do próêmio da *Eneida*, não excedem à *inuentio* épica programada pelo *epos* vergiliano, já que todos os três poemas compreendem matéria equivalente, mas elaborada e disposta de modos diferentes, demonstrando-nos a elegância do artifício por trás dos movimentos simultâneos de permanência e atualização de uma estrutura como a tradição clássica.

O interessante, porém, é a amplificação efrástica de que Gama lança mão para, logo na abertura de seu *carmen*, evidenciar não o *locus amoenus* esperado para seu poema, mas a sua transfiguração em *horridus* pela qualidade do mesmo homem e da mesma guerra. Assim, em sucessivo acúmulo de elementos, Gama nos situa do primeiro homem de que trata (“cadáveres”), descrevendo a sua condição (“despidos”), o seu feito (“pasto de corvos”) e o lugar em que se encontra (“nas desertas praias, onde “fumão ainda” “lagos de sangue tepidos, e impuros”). O mesmo ocorre às armas da guerra, cujo acúmulo de elementos nos situa sobre o que são (“artilheria”), descrevendo a sua condição (“irada”), o seu feito (“rouco som”) e o lugar em que se encontram (“dura inda nos valles”). O *locus* bucólico, naturalmente *amoenus*, torna-se *horridus* pela inserção das armas e dos homens, que são, respectivamente, monstros de ferro e fogo e cadáveres inumados e desfigurados. A qualidade de *horridus* de tal *locus* ganha ainda mais *evidentia*²³ quando os versos marcam, peremptoriamente, a natureza recentíssima do assunto, pois eles “Fumão ainda nas desertas praias” e “Dura inda nos valles”, dando esse efeito de paralelismo e consecutividade entre o tempo do leitor e o da diegese, que ganha em vivacidade pelos tempos verbais no presente do indicativo, intensificados pelos advérbios temporais ainda/inda. Por isso, Gama não pede para que *cante* a musa ou para que com ele o faça, uma vez que não há necessidade de puxar da memória extraordinários feitos de um passado longínquo, mas a convida para que *honrem* os novos feitos de um herói, como benemérito para uma graça de ações ilustres de que seu tempo ainda desfruta os efeitos.

Ainda na invocação/proposição, continua a amplificação e enumera os motivos que toma para seu poema, anunciando causa nova e notável (1.6-8). Aqui, novamente o homem, mas agora parelho ao *vir* vergiliano e ao barão assinalado camoniano, subverte em *horridus* o *locus* ao realizar a ação de *lavar*

²³ Cf. QUINTILIANO (*Inst.*, 6.2.32.).

com *sanguē*. Em seguida, tece uma sucessão de *captationes benevolentiae*, censurando o inimigo em 1.9; pedindo ao ouvinte que seja bom e dócil e proteja dele os versos (1.10;12-4); ilustrando a gravidade do próprio assunto (1.10-1); e, por fim, favorecendo à sua própria pessoa (1.14-20).

Sobre a imagem da águia nesses últimos versos, ela é particularmente importante porque, fundindo em uma mesma imagem emulações da *Eneida* (5.213-9) e da *Guerra Civil* (7.477-9), Gama nos apresenta a sua trajetória nas letras, alegorizada na águia que, deixando “o ninho a vez primeira”, torna-se pedestre por medo de alçar voo. No entanto, ao tomar forças para fugir “á humilde terra”, tão alto voa que, ultrapassando o azul do céu, observa de cima, no vácuo ou no éter onde sequer há raios, o próprio céu, abaixo. Gama, como a águia, temeu as alturas quando se lançou às letras, e pisou o chão por um bocado de tempo, produzindo apenas obras de tom medíocre, como odes e sonetos. Agora, porém, alça voo com sua épica e se pretende às alturas, ultrapassando os céus ao chegar aonde não vai o raio. Essa mesma imagem aparece em Vergílio (*Aen.*, 5.213-9), que compara o desempenho náutico do timoneiro Mnesteu ao de uma pomba que, embora vá primeiramente ao chão ao deixar o doce ninho, logo alça voo, rompendo o céu e voando impassível pelo éter. Na passagem específica da comparação, Mnesteu participa de uma regata, na qual exige de seus homens não a vitória, mas que evitem a vergonha de chegarem por último. Comparando-o a uma pomba, Vergílio ressalta a ligação dos troianos com Vênus, já que a pomba era a ave relacionada à deusa anadiômena. A importância de tais efeitos retóricos para a obra já é bem conhecida, porque a *Eneida*, além de buscar vincular a origem do povo romano aos enéadas, busca dignificá-lo como divino ao vincular os enéadas à deusa Vênus. Em *O Uraguay*, porém, a alegoria da ave busca como efeito dignificar não o povo romano, mas o próprio poeta que erige a obra. Assim, representando-se como uma águia, ave simbolicamente importante para os romanos, e superando o poder de alcance dos raios, representação do poder do rei dos deuses e símbolo do poder do antigo mundo, Basílio se põe como partícipe e rival da cultura e tradição antigas. Contudo, não é na imagem vergiliana que encontramos esse desafio à tradição antiga e um objeto que chega às alturas, onde não vai o raio, mas sim na lucaniana, segundo a qual, em meio à batalha de Farsália, o rumor da guerra é tamanho, que ultrapassa o éter, onde nem mesmo o poder de Júpiter, seus

raios, tem domínio. Gama, ao lançar-se como rival das autoridades que imita, posiciona-se como emulador de uma tradição antiga que intenta superar e observa, com o seu *O Uruguay*, de cima, como se fazer o vencedor a um inimigo derrotado, solicitando, ao fim, que “Possa em tanto/ Acostumar ao voo as novas azas”. Essa última *captatio benevolentiae* arremata o proêmio com um duplo elogio, porque, ao enaltecer a si mesmo no momento em que, há poucos versos, solicitara a proteção do seu ouvinte, o elogio direcionado a si acaba laureando, pelo seu prisma retórico, o próprio ouvinte, pois o protegido está sempre abaixo das forças de seu protetor. Apesar de Basílio se encontrar na estância máxima dos domínios celestes, seu ouvinte está ainda mais alto, protegendo-o de entre as formas do empíreo céu.

***O Uruguay* como um poema bilíngue: um horizonte de trocas entre as culturas antiga e moderna**

Além do decassílabo heróico, destaca-se na leitura de *O Uruguay* a disposição de seus versos diversa ao modelo camoniano das oitavas com oitava-rima, sendo desprovido de divisão estrófica e, quanto às rimas finais, todo branco. Isso, porém, não sugere um rompimento com a tradição épica, à vanguarda do que se produzia, conforme uma leitura romântica dessa escolha. Na verdade, o poeta busca ser ainda mais clássico, emulando a disposição poética do *epos* antigo. Todo poema épico escrito em latim ou grego, incluindo os modernos, tais como a *Africa*, de Petrarca, o *Arcitínges*, de Cataldo Sículo e o *De Gestis Mendi de Saa*, de José de Anchieta, eram compostos em um único bloco estrófico, dividido exclusivamente pelas seções dos cantos, sem qualquer tipo de rima. Basílio da Gama, apesar de erigir seu poema em língua portuguesa, não deixa de negociar valores e funções com a língua latina. Discutimos aqui o português de um Estado que se legitimou como império também por vias linguísticas, principalmente recuperando o latim clássico dito “degenerado” pelos copistas e monges da Idade Média, remontando a uma possível descendência direta do latim clássico. Ou seja, se os romanos, povo imperial, assim o eram devido à *dignitas linguae latinae*, os portugueses, descendentes do povo romano, também devem ter no português a *dignitas linguae latinae* e, por isso, terem igualmente um mecanismo de legitimação imperial, como um povo imperial²⁴.

²⁴ OSÓRIO (1976) 43-51; *Idem* (1992) 479-83.

Assim, logo no primeiro verso, temos a colocação do advérbio “ainda” logo após o verbo “Fumão”, e essa estrutura se repete no quarto verso, em que outro “ainda” novamente aparece logo após o verbo “Dura”. No latim²⁵, advérbios como *quoque, quidem, etiam* etc. vêm sempre imediatamente após o termo a que referem, exatamente para modularem reforçativamente o que viera antes, como acontece nos versos de Gama, intensificando a durabilidade da ação que modulam. Em lógica parecida, temos o “em tanto” no verso 1.14 (mas também no verso 1.58, por exemplo), que, funcionando como uma conjunção de mesmo valor sintático que *autem*²⁶, também não costuma aparecer na primeira posição sintática. Isto é, tanto o advérbio reforçativo “ainda” (*etiam*), como a conjunção opositiva “em tanto” (*autem*) no poema basiliano costumam respeitar a ordem sintática do latim, que estabelece a sua colocação em segunda posição sintática, sendo incomum aparecerem na primeira posição. Mas advérbios do tipo *itaque*, que em *O Uruguay* assumem a forma da conjunção “Desta sorte” (v. 1.16), costumam vir sempre na primeira posição sintática, como também no poema.

No segundo verso do poema, temos outro tipo de colocação sintática típica no latim²⁷, que é a de genitivo entre os termos a que se refere, em especial entre um substantivo e um adjetivo²⁸, evidenciada pela colocação do complemento nominal “de sangue” entre o substantivo “Lagos” e os adjetivos “tepídeos” e “impuros”. Esse tipo de disposição enriquece a leitura do verso, uma vez que, incorporado como um genitivo, “de sangue” funciona como uma fonte na linha sintática, irradiando ou transferindo as suas qualidades para os termos entre os quais se interpõe, mas também mediando ou relacionando as categorias compartilhadas entre si. Centralizado entre os termos referidos, ao mesmo tempo em que se desdobra, volta a se unir com o todo, ligando a natureza de um lago às ideias de tepidez e impureza, já que só são “Lagos de sangue” porque “tepídeos” e “impuros” e só são “tepídeos” e “impuros” porque “Lagos de sangue”. O genitivo “de sangue”, portanto, congrega, ao redor de si, os termos a que se refere, tanto visualmente pela natureza sintática, como

²⁵ ALLEN; GREENOUGH (2014) §599.

²⁶ Cf. LOURENÇO (2019) 275-7.

²⁷ ALLEN; GREENOUGH op. cit. §598.

²⁸ DEVINE; STEPHENS (2006) 371.

conceitualmente, pela natureza semântica. O mesmo acontece em outras partes do poema, como no verso 1.106 com “Dignos do grande Pai ambos os filhos”, cujo genitivo “do grande Pai”, centralizado entre os termos a que se refere, irradia na forma do predicativo do sujeito “Dignos” a sua qualidade de grande Pai (referindo-se ao coronel Francisco Antônio Cardoso de Menezes, governador da colônia) e na forma do nome “filhos” a sua natureza de pai, mediando um e outro porque “ambos os filhos” só são “Dignos” porque filhos “do grande Pai” e são “ambos os filhos” “do grande Pai” apenas porque “Dignos” dele. Além disso, essa interação entre o português e o latim se torna ainda mais dinâmica se pensarmos que, na língua clássica, ao contrário de uma estrutura de genitivo, o mais adequado seria uma estrutura de ablativo, como em *ambo filii digni magno Patre*, já que o adjetivo *dignus*, *-i* solicita complemento em ablativo. No entanto, como no português o complemento nominal de “digno” se dá em uma forma mais próxima à de genitivo, Gama, respeitando a forma compelida pelo português, transpõe a ela, contudo, não a sua disposição originária de ablativo, mas a de genitivo, levando-nos, por isso, a decodificar o verso segundo uma função retórica de genitivo, e não mais de ablativo.

Retornando ao próêmio, ainda no segundo verso vislumbramos outras estruturas caracteristicamente latinas. Um substantivo, quando acompanhado de um adjetivo de tipo qualitativo, costuma vir sempre anteposto a esse adjetivo²⁹, mas quando acompanhado de um adjetivo que expressa tamanho ou quantidade, costuma vir sempre posposto³⁰. Assim, é natural à ordem sintática latina escrever *lacus cruoris tepidique impurique*, assim como o faz Basílio da Gama na ordem sintática do seu verso português “Lagos de sangue tepidos, e impuros”, haja vista que os adjetivos que usa para acompanhar o substantivo são qualitativos. Há outros que, parecendo fugir à regra, respondem, na verdade, a outras mais complexas, dado que há um conjunto de fatores que determinam a posição dos sintagmas genitivais em relação à cabeça do sintagma em latim³¹. Os adjetivos, por exemplo, acompanhados de um substantivo dentro de um sintagma preposicionado e que, no latim, cor-

²⁹ FARIA (1958) 313-8.

³⁰ ALLEN; GREENOUGH loc. cit.

³¹ MCLACHLAN (2012) 292.

responderia ao de alguns ablativos, ao dativo e ao genitivo, vêm, de maneira quase absoluta, antepostos aos substantivos que acompanham, independentemente de seu tipo, como em “nas desertas praias” (v. 1.1), “da irada artilheria” (v. 1.5) e “á humilde terra” (v. 1.18).

A proposta de analisar uma obra sob o horizonte do multilinguismo não é pretender sobrepujar uma língua à outra, mas afirmar a existência das duas em um mesmo espaço e tempo para, em seguida, inquirir a condição de seu contato e suas trocas, ao, por exemplo, Gama escolher assentar a vulgar língua portuguesa em um gênero tradicionalmente trabalhado em grego ou em latim até para os modernos³².

A teologia política da Contrarreforma: a sacramentação do Estado português pela retoricização da Igreja Católica

Outro verso cuja disposição sintática parece reforçar o dito anteriormente é “Rotas cadeias, e grilhões pezados” (1.11), em que “Rotas”, sendo adjetivo qualitativo, deveria estar posposto ao substantivo a que se refere, enquanto “pezados”, por ser um adjetivo de quantidade, deveria inversamente anteceder ao substantivo referido. O que se observa é uma estrutura quiasmática, cara ao engenho retórico-poético da Antiguidade³³. Esse é ainda o verso no qual Gama nos apresenta, pela primeira vez em uma nota, a barafunda cometida pelos jesuítas nas colônias américo-portuguesas, nota que não apenas justifica formal e conceitualmente o verso, mas que também é ela mesma sustentada e provada pela *práxis* do mesmo verso. Leiamos-la:

*Os Índios lhe [ao general Francisco Xavier de Mendonça Furtado] devem inteiramente a sua liberdade. Os Jesuítas nunca declamarão contra o cativo destes miseráveis racionaes, senão porque pretendião ser só elles os seus Senhores. Ultimamente forão, nos nossos dias, nobilitados, e admitidos aos cargos da Republica. Este procedimento honra a humanidade.*³⁴

Consideramos as notas como parte integrante da obra, tanto quanto os versos que as encimam. Por meio das notas, Basílio da Gama não apenas gerencia os mecanismos básicos de representação, mas também fortalece a natureza do argumento em discussão, demonstrando dele a verdade conjugada nos dois

³² BLOEMENDAL op. cit. 7.

³³ ALLEN; GREENOUGH loc. cit.

³⁴ GAMA (1769) 2. Grifos nossos.

modelos discursivos básicos de verossimilhança — a prosa e a poesia. Quando Gama chama os indígenas das colônias de “miseráveis racionais”, ele instantaneamente marca a natureza desses homens, como também a natureza da batalha, a natureza de seus inimigos e a natureza da conquista portuguesa. A natureza do *ser* distingue-se entre o *ser racional* e o *ser bruto*. O ser humano, por ser dotado de *entendimento*, é ser racional, distinto dos outros seres, como os animais, que, pela sua natureza desprovida de entendimento, são brutos. E um homem se distingue de outro homem por meio dos *conceitos*, os quais, sendo a “língua do discurso”, quem melhor os utilizar e melhor os entender “he quasi Anjo pelo idioma”³⁵. E para que um ser se mostre sujeito de *razão* e *intenção*, só pode fazê-lo externamente por meio da palavra. No entanto, além de ser racional, o homem pode ser *discreto* ou *rude*, *avisado* ou *nescio*, *erudito* ou *tosco*, *urbano* ou *incivil*, a depender do tipo de discurso que expuser, com as suas individuais intenções e razões subscritas. Os discretos, avisados, eruditos e urbanos são aqueles cujos discursos “se restrinjam a algũs dictames; para que as imagens do pensamento sejam língua, em que cada um se communique como Anjo”, isto é, para que os homens se tornem engenhosos como os anjos, para que consigam exteriorizar os conceitos o mais aproximadamente do que são no entendimento, “dando a conhecer, que o homem engenhoso, tinha mais de angelico, que de humano”³⁶. Independentemente da qualidade de um homem, ele é ser racional e de entendimento, faculdade intelectual divina e participativa do plano celeste³⁷. Sobre o entendimento humano, preceitua Francisco Leitão Ferreira:

*Admiravel creatura o homem! porẽm mais admiravel o entendimento do homem!
Admiravel creatura o homem, por ser hũa semelhança de Deos, viva estatua do
Creador, fim daquelle grande principio, remate de suas obras, baliza da natureza, vice-
deos do mundo, summario de perfeições, & epilogo do creado.*

*Porẽm mais admiravel o entendimento do homem por ser rayo da luz divina, sol
do pequeno mundo, & pela nobreza da alma, & qualidade da especie, horizonte, que
medea entre Deos, & Anjo: aquelle o homem, & este o seu entendimento.*

*Mas qual sem o seu entendimento, fora o homem hum titulo inutil, huma denomi-
nação superflua, como deu a entender Cicero: Homines quidam non re, sed
nomine homines, tal sem suas operações seria o entendimento, huma potencia sem*

³⁵ FERREIRA (1718) 11.

³⁶ *Ibidem* 11-2.

³⁷ *Ibidem* 268-9.

*fruto, huma faculdade sem ministerio, que tornaria os homens semelhantes, senão indistinctos dos brutos, sem apprehensão para o conhecimento, sem juizo para as eleyçoens, & sem discurso para os raciocinios. Esta occupaçãõ pois do entendimento he tão necessaria no homem, que cessando, ou faltando no exercicio, deyx a o homem de parecer o que he, & parece o que só não devia ser; deyx a de parecer racional, & só parece sensitivo; fica na cathegoria de bruto, ou a elle semelhante.*³⁸

Logo, o entendimento é a faculdade intelectual que determina tanto a natureza do homem em ser racional, quanto a qualidade do homem como epílogo do Grande Princípio ou Causa Primeira, isto é, do homem como ser de intenção ou vontade porque a vontade é a única razão de Deus³⁹. Portanto, “O entendimento é nossa fortaleza” divina na terra e a razão o que “Deu o remédio Deus” e pelo qual o povo “seja ou por bem levado, ou Constrangido”⁴⁰. Definido isso, pois, fica claro o sentido subjacente à afirmação “Os Jesuitas nunca declamarão contra o cativo destes miseráveis racionais, senão porque pretendiam ser só eles os seus Senhores”⁴¹. A escravização ou aprisionamento dos indígenas comentada por Gama é mais do que física: é uma sujeição da vontade pelo domínio do entendimento alheio⁴². Ou seja, não há maior dominação na terra que a sujeição do entendimento, que é relicário divino onde se instala a vontade, potência máxima da obediência do homem. Gama recupera o *locus communis* do homem como ser racional para tratar dos indígenas, pois, assim fazendo, ele, por refração de uma representação dos indígenas, representa os jesuítas como criaturas ainda mais perversas, porque são aquelas que não apenas dominam o entendimento alheio sem a sacramentação divina, mas, sobretudo, as que, o fazendo, tornam-se rivais do próprio Senhor por querer com ele competir o mando ou a orientação da vontade do seu rebanho. Não satisfeito, Gama arremata essa demonstração lógica e retórica com a dissolução desse mal ou perversão da verdade e da virtude do bom e do bem, porque “Ultimamente [os indígenas] forão, nos nossos dias, nobilitados, e admitidos aos cargos da Republica. Este procedimento honra a humanidade”⁴³. Ao lermos o fechamento da nota seguido de tamanhos efeitos representativos, a codificação de

³⁸ *Ibidem* 52-3. Grifos nossos.

³⁹ Cf. FERREIRA (2000) 318.

⁴⁰ *Ibidem* 315.

⁴¹ GAMA loc. cit. Grifos nossos.

⁴² FERREIRA op. cit. 363-4.

⁴³ GAMA loc. cit. Grifos nossos.

tal arremate se torna mais fácil, pois é a solução positivamente cumulativa do cálculo dos conceitos-chaves de entendimento, vontade, obediência, sujeição, sacramentação, razão etc., que aqui se dão por meio da República, isto é, por meio do Estado.

Em estudo sobre Vieira, Alcir Pécora escreve que a *vontade* do homem em chegar à Graça devia ser análoga à *vontade* de Deus no momento da Criação e da Encarnação, que “Voluntariamente nos criou, voluntariamente nos remiu, voluntariamente nos conserva, sustenta e governa, e tudo quanto faz ou não faz é voluntariamente”⁴⁴, supervalorizando a figura do homem e a sua tarefa providencialista ao relacionar o valor do arbítrio absoluto do Ser ao do homem em chegar à Graça. Diferentemente do que ocorre na geração eterna, em que o Pai gera o Filho e conjuga o Verbo *necessariamente* quando se conhece, o laço entre Deus e os homens se estabelece por uma *escolha*. O Pai ama os homens segundo uma *escolha* desinteressada, cujo único propósito é estender à humanidade a participação no seu Ser divino, amor maior porque impulsionado pela razão de uma *vontade* livre. A glória exclusiva da humanidade é ser objeto de uma escolha amorosa do Ser, a que nada obriga senão o mesmo amor. A essa qualidade volitiva do Ser e do ente, Vieira adiciona o elemento afirmativo de uma *ação engajada* que, segundo Pécora, não existia com força até então, mas que já encontramos sugerida em autores precedentes, como no humanista Antonio Ferreira, segundo o qual não basta apenas estimar o que é de Deus, “o bem geral”, mas ensiná-lo nas circunstâncias⁴⁵. Na *unio mystica* tradicional, a experiência com o divino acontecia mediada por um *raptus* perpetrado pela Graça. Para Vieira, porém, essa característica extática da relação entre o divino e o humano é preterida por uma doutrina prática de ações afirmativas no cotidiano⁴⁶, o que é patente no texto de Gama, pois essa união ativamente engajada com Deus dá-se precisamente pelo agregamento dos indígenas aos cargos e afazeres públicos. Assim, a relação com o divino passa a ser marcada, sobretudo, pela afirmação engajada de uma *vontade santificada* e não mais exclusivamente pela *experiência individual ascética* lograda por um santo.

⁴⁴ VIEIRA *apud* PÉCORA op. cit. 80-1.

⁴⁵ FERREIRA op. cit. 411.

⁴⁶ PÉCORA op. cit. 83-4.

No entanto, não basta haver uma *vontade* e uma *ação* se não há uma sacramentoção litúrgica cotidiana e jurídica que medeie a relação entre a ordem terrena e a transcendente, a que se ocupará a Igreja⁴⁷, reconduzindo a *vontade* individual, entregue à pressão cega dos apetites, a uma ordem ético-teológica coletiva na forma de uma *hierarquia institucional* ou de um *Estado*⁴⁸. Dessa forma, submetendo-se à *vontade* divina representada na ordenação eclesiástica, o homem teria a sua própria *vontade* coincidente com a de Deus, maquinaria teológica que projeta o *consentibile* da *unio mystica* em um modelo de monarquia ou Estado absolutista cujo “Princípio” é Deus e cujo “Príncipe” é a cabeça que o sucede nela. A Igreja, nesse contexto, funciona não apenas como um organismo vivo de *vontades individuais* coletivizadas em *vontade comum*, mas também como privilegiada instituição capaz de mobilizar a presença divina no mundo dos homens⁴⁹.

Falta, porém, a figura primordial que dirija as *vontades individuais* coletivizadas em *vontade comum*, o que, ao fim, leva Vieira a escrever, em seu sermão “Voz Primeira Obsequiosa”, de 1649, que os reis, enquanto *persona idealis*, são deuses, embora mortais enquanto *persona personalis*. Assim, a identidade do rei torna-se inegavelmente análoga à de Cristo uma vez que ambos são deuses encerrados em propriedade humana e, assim como Cristo pela ação visível da Eucaristia une o homem à divindade, assim o rei conjuga a *vontade individual* de seu povo em *vontade comum* divina. Organizados pela comunhão de uma *vontade coletiva* divina, dirigida pelo rei e sacramentada pela Igreja, todos realizam finalmente o último e único desejo divino, que é o de santificação humana como substância perfeitamente análoga ao Ser único de Deus.

Embora acentuados em Vieira, já em Antonio Ferreira vislumbramos a presença desses elementos retórico-teológico-políticos, antes próprios de uma Igreja Católica contrarreformista que exclusivamente da Companhia de Jesus. Assim, apesar do aspecto declaradamente antijesuítico do governo de Pombal, o sistema teológico-político que orientava os discursos trabalhados retoricamente ainda continuou muito próximo ao da Companhia de Jesus, já que a matriz do sistema era a Igreja Católica. Um exemplo objetivo disso é

⁴⁷ *Ibidem* 90-3.

⁴⁸ *Ibidem* 95.

⁴⁹ *Ibidem* 98-9.

O *Uruguay*, obra leiga carregada dos modelos teológico-políticos da Igreja Católica, porque ela suscita não a rusga entre leigos e jesuítas, mas, radicalmente, entre reformistas e contrarreformistas. Assim, o trecho final da nota ao verso 1.11 do poema soluciona a perversão jesuítica por meio da admissão dos indígenas à razão ou ao corpo místico do Estado português, já que, submetendo-se à vontade do rei, os indígenas estariam se submetendo à própria vontade de Deus, e, por isso, estariam “nobilizados” exercitando a mais pura razão, porque segundo uma vontade própria de serem livres, sendo servos de Deus, isto é, sujeitos ao Estado português sacramentado pela Igreja na forma de um corpo místico de ações coletivizadas, sendo “admitidos aos cargos da Republica”, porque “Este procedimento honra a humanidade”.

Logo, o verso 1.11 do poema basiliano é a representação poética do que, na nota, é a sua representação prosaica. As “Rotas cadeias, e grilhões pezados” são a representação imagética da dominação jesuítica da vontade dos indígenas. As rotas cadeias representam as doutrinas e a própria influência jesuíticas, que àquele tempo se desgastavam como instituição de poder homogêneo nos reinos ibéricos; os grilhões pesados representam o jugo da vontade dominada, quando os jesuítas escravizaram a fortaleza racional dos indígenas — o seu entendimento. Por isso Gama não apenas denuncia a sedição jesuítica pela imagem evocada da representação pela palavra, mas também pela disposição da palavra, sustentando, pela *práxis* desse verso, o arranjo exemplar do tripé retórico *inventio*, *dispositio* e *elocutio*. Eles se entrelaçam em tamanho nó que desatá-lo sem pulverizar o fio por completo é impen-sável. Por isso a *ratio* do verso, isto é, a sua lógica natural de adjetivo qualitativo suceder o termo que acompanha e o quantitativo anteceder-lo, está completamente invertida, desordenada: a razão do verso é homóloga à razão do indígena dominada pelas leis e doutrinas jesuíticas — desproporcional, desarmônica, ilógica, inverossímil. A doutrina da Companhia está tão invertida à razão natural das coisas, como está a vontade dos indígenas, genuflexa à razão da Companhia que, inclusive, recrudescer a qualidade de *horridus* do *locus* descrito por Gama, já que as “Rotas cadeias” e os “grilhões pezados” são mais um dos tipos de *arma* que o poeta narra e que, centrais, subvertem o tom do *carmen*. Além disso, pelos adjetivos estarem no início e no fim do verso, sendo estas as duas posições de maior destaque segundo a hierarquia

sintática latina⁵⁰, o foco é todo deles, destacando-se, portanto, a degradação da Companhia pelo tempo e a gravidade da prisão dos indígenas, amplificando não apenas a perversão jesuítica, mas, em medida proporcionalmente inversa, o valor da ação do Estado português na libertação daqueles povos, intensificando a sua natureza ilustre.

Considerações finais

Apesar do exíguo tamanho em relação às epopéias antigas e modernas, *O Uruguay* de Gama não deve em nada às suas irmãs. Urdindo as unidades retórico-poética e teológico-política, a obra se projeta como arquitetura prismática, porque multifacetada, e panóptica, porque de cada face se assiste ao todo. Essa força alicerçante vem à tona quando tiramos o texto de sua suspensão material-simbólica, intumescendo seus modelos representativos com aspectos práticos de seu passado. Assim, longe de responder a demandas fora de seu tempo como as das estéticas literárias e dos projetos românticos e pós-românticos, Basílio da Gama escreve imerso nos valores e nos sistemas de representação de seu tempo. Por isso a necessidade de analisá-lo segundo os seus próprios códigos de significação, para que a investigação se sustente em sua própria força e, principalmente, para que ganhe valor de uso, tornando-se verossímil. Uma enunciação decorosa, isto é, validada como enunciação, deveria formar um discurso agudo, composto por conceitos engenhosos (unívocos e universais), plasmados na Antiguidade clássica, linguística e retórico-discursivamente. O conhecimento de várias línguas era, mais que um aparelho de distinção socioeconômica, um aparelho tanto teológico-político como retórico-poético, pois era por meio do multilinguismo que um homem era mais exemplarmente homem, significando que era de engenho mais angelico que mortal; e a retórica segue como articulador a partir do qual se torna possível excitar, de uma só vez, diversas ideias no entendimento por meio da linguagem, poupando o trabalho de proferir muitas palavras, ainda que não seja possível dizer tudo.

⁵⁰ ALLEN; GREENOUGH op. cit. § 597-8.

Referências bibliográficas

- ALLEN, J. H.; GREENOUGH, J. B. (2014), *Allen and Greenough's New Latin Grammar for Schools and Colleges*. Carlisle, Dickinson College Commentaries.
- BASSETO, B. F. (2016; 2017). *Quintiliano: Instituição oratória*. 5 tomos. Campinas, Editora Unicamp.
- BLOEMENDAL, J. (2015), "Introduction: bilingualism, multilingualism and the formation of Europe": J. BLOEMENDAL (coord.) (2015), *Bilingual Europe: Latin and vernacular cultures, examples of bilingualism and multilingualism c. 1300-1800*. Leiden; Boston, Brill, 1-14.
- CAMÕES, L. de (2018), *Os Lusíadas*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- DEVINE, A. M.; STEPHENS, L. D. (2006), *Latin Word Order. Structured Meaning and Information*. Oxford, Oxford University Press.
- FARIA, E. (1958), *Gramática Superior da Língua Latina*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- FERREIRA, A. (2000 [1598]), *Poemas Lusitanos*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- FERREIRA, F. L. (1718), *Nova Arte de Conceitos que com o Título de Licções Academicas Na publica Academia dos Anonymos de Lisboa, Dictava, e Explicava o Beneficiado Francisco Leytam Ferreyra, Academico Anonymo*, 2 tomos. Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram.
- FREIRE, F. J. (1759). *Arte Poetica ou Regras da Verdadeira Poesia em geral, e de todas as suas especies principaes, tratadas com juizo critico*, 2 tomos. Lisboa, Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
- GAMA, J. B. da (1769), *O Uruguay*. Lisboa, Regia Officina Typografica.
- HANSEN, J. A. (1995). "Práticas Letradas Seiscentistas": *Discurso* 25 (1995) 153-84.
- HANSEN, J. A. (2006), "Letras coloniais e historiografia literária": *Matraga* 18 (2006) 13-44.
- HANSEN, J. A. (2008), "Notas sobre o gênero épico": I. Teixeira (ed.) (2008), *Multiclássicos: Épicos*. São Paulo, Edusp, 17-91.
- HORÁCIO, *Ars Poetica*. Disponível em: <https://latin.packhum.org/loc/893/6/0#0>. Acesso em: 10 de julho de 2021.
- KOSELLECK, R. (2006), *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, trad. W. P. MAAS; C. A. PEREIRA. Rio de Janeiro, Contraponto.
- LACHAT, M. (2019), "Letras e literatura: continuidades e descontinuidades": *Revista USP* 121 (2019) 45-60.

- LEITE, L. R. (2019), "Leitura e literatura no Brasil Colônia: esquecimentos e apagamentos dos séculos XVI ao XVIII": *Contexto* 36 (2019) 210-38.
- LOURENÇO, F. (2019), *Nova Gramática do Latim*. Lisboa, Quetzal.
- LUCANO, *Bellum Civile*. Disponível em: <https://latin.packhum.org/loc/917/1/0#9>. Acesso em: 10 de julho de 2021.
- LULIO, A. (1558), *De Oratione Libri septem: Quibus non modò Hermogenes ipse totus uerumetiam quicquid ferè à reliquis Græcis ac Latinis de Arte dicendi traditū est, suis locis aptissimè explicatur*. Basileia.
- MCLACHLAN, K. (2012), *Verborum ordo – ordo verborum: the placement of the dependent genitive in Classical Latin*. D. Phil in General Linguistics and Comparative Philology. Linacre College, Oxford.
- NUNES, C. A. (2016), *Vergílio: Eneida*. São Paulo, Editora 34.
- OSÓRIO, J. A. (1976), *Crítica e humanismo no Renascimento*: Conferência apresentada na Associação Portuguesa de Estudos Clássicos, 23-51.
- OSÓRIO, J. A. (1992). "Humanismo e história": *Humanitas* 44 (1992) 461-83.
- PÉCORA, A. (1990), "O desejado": A. NOVAES (coord.) (1990), *O desejo*. São Paulo, Companhia das Letras; Funarte, 399-414.
- PÉCORA, A. (2016). *Teatro do Sacramento: a unidade teológico-retórico-política dos Sermões de Antonio Vieira*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.
- RELAÇÃO Abreviada da Republica, que os Religiosos Jesuitas das Províncias de Portugal, e Espanha, estabelecerã nos Dominios Ultramarinos das duas Monarquias, e da guerra, que nelles tem movido, e sustentado contra os Exercitos Hespanhoes, e Portuguezes. Formada pelos registros das Secretarias dos dous respectivos principaes Commissarios, e Plenipotenciarios; e por outros Documentos authenticos (1757).
- SEABRA, A; FARIA, A. P. C. (2005), *[Cícero]: Retórica a Herênio*. São Paulo, Hedra.
- VALENTE, A. M. (2008), *Aristóteles: Poética*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- VANIÈRE, J. (1774 [1706]), *Praedium Rusticum*. Mathurinensium, Jos. Barbou.
- VERBEKE, D. (2015), "Neo-latin's interplay with other languages": *The Oxford Handbook of Neo-Latin*, S. KNIGHT; S. TILG (coord.) (2015). Oxford: Oxford University Press, 27-40.
- VERNEY, L. A. (1746), *Verdadeiro Método de Estudar para Ser util à Republica, e à Igreja: Proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*, 2 tomos. Valensa, Oficina de António Balle.
- VÓSSIO, J. G. (1647). *Poeticarum Institutionum Libri Tres*. Amsterdã, Ludovico Elzevirio.

* * * * *

Resumo: Este artigo é resultado de um projeto de pesquisa que buscou observar o uso da máquina retórica e poética da Antiguidade durante o conturbado período pombalino português e seu impacto na América Portuguesa. Entendemos que a Primeira Modernidade utilizou-se dos elementos discursivos legados pela Antiguidade como instrumento de construção prática e simbólica de um enunciado acerca dos conflitos que se desenrolavam nas colônias, e usamos como exemplo de análise e observação deste fenômeno o prêmio do poema *O Uruguay*, do autor luso-brasileiro Basílio da Gama.

Palavras-chave: Primeira Modernidade; América Portuguesa; Basílio da Gama; *O Uruguay*; Multilinguismo; Poesia Épica.

Resumen: Este artículo es el resultado de un proyecto de investigación que pretendía observar el uso de la maquinaria retórica y poética de la antigüedad durante el agitado periodo pombalino portugués y su impacto en la América Portuguesa. Entendemos que la Primera Modernidad utilizó los elementos discursivos legados por la Antigüedad como herramientas de construcción práctica y simbólica de una declaración sobre los conflictos que se desarrollaban en las colonias. Para tal fin, empleamos como ejemplo de análisis y observación de este fenómeno el premio del poema *O Uruguay*, del autor luso-brasileño Basílio da Gama.

Palabras clave: Primera Modernidad; América Portuguesa; Basílio da Gama; *El Uruguay*; Multilinguismo; Poesía Épica.

Résumé : Cet article est le résultat d'un projet de recherche qui se proposait d'observer l'utilisation de la rhétorique et la poétique de l'Antiquité durant la période portugaise pombaline très agitée et son impact sur l'Amérique Portugaise. Nous pensons que la Première Modernité a utilisé les éléments discursifs légués par l'Antiquité comme instrument de construction pratique et symbolique d'un énoncé sur les conflits qui se déroulaient dans les colonies, et nous avons pris comme exemple d'analyse et d'observation de ce phénomène le poème *L'Uruguay*, de l'auteur luso-brésilien Basilio da Gama.

Mots-clés : Première Modernité ; Amérique Portugaise ; Basilio da Gama ; *L'Uruguay* ; Multilinguisme ; Poésie Épique.